

ATA DA 309ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Realizada em 04 de abril de 2014

No quarto dia do mês de abril de dois mil e quatorze, às catorze horas, no CEDCA, situado a rua Correia de Araujo, 93, Graças, Recife/Pernambuco é realizada trecentésima nona Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros(as): Jaciara Santos Arruda, conselheira titular do **Centro Brasileiro da Criança e Adolescente - Casa de Passagem**; Nivaldo Pereira da Silva, titular do **Centro de Estudos e Desenvolvimento Social - CEDES**; Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, titular da **Associação Comunitária Inajá Mendes**; Rosa Maria Lins de Albuquerque de Barros Correia, titular do **Gabinete do Governador**; Lidyane Lopes de C. Ferreira, titular da **Secretaria da Criança e da Juventude** e Almeri Bezerra de Mello, suplente da **Secretaria da Criança e Juventude**; Maria José Rodrigues da Silva, suplente da **Secretaria de Planejamento e Gestão**; Natuch Pinto de Lira, suplente do **CENDHEC**; Evanilson Alves de Sá, suplente da **Secretaria de Educação**; Joelson Rodrigues Reis e Silva, titular da **Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos** e Ana Lucia Gusmão Brindeiro, suplente da **Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos**; Telma Muniz Soares Barbosa, suplente do **Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco - CIEE/PE**; Lourdes Viana Vinokur, titular da **Associação PODE** e Virgínia Maria Holanda de Moura, suplente da **Secretaria de Saúde**. Também se registra a presença da **Diretora Executiva do CEDCA**, Lídia de Oliveira Lira e dos seguintes membros da equipe técnica do CEDCA: Ana Paula Leão, Nely Barbosa, Márcia Maria Santos, Clemente Neto, Ana Elisabeth Hale e Mariama Oliveira. Outras participações: Carla Farias, Isangela Sena, Irani do Carmo da Secretaria de Articulação Social e Regional – Governo Presente, Rosileide Lira da Paz da Associação Paróquia de Palmares – ASPP/COMDECA – Palmares. A Plenária é coordenada pela presidente Rosa Maria Lins de Albuquerque de Barros Correia, que inicia os trabalhos comunicando que a 2ª presidência da casa está vaga, apresentando o conselheiro Joelson Rodrigues para ocupar a vacância da segunda vice presidência. A sugestão do nome de Joelson Rodrigues foi aceita e aprovada por todos. O setor sociopedagógico apresenta as atas das Assembleias Ordinárias 307º e 308º. As referidas atas foram aprovadas com acréscimos dos(as) conselheiros Natuch Pinto de Lira, suplente do **CENDHEC** e Lourdes Viana Vinokur, titular da **Associação PODE**. A Plenária é coordenada pela presidente Rosa Maria Lins de Albuquerque de Barros Correia, que apresenta a pauta da Assembleia Ordinária 309ª para a provação. A presidente passou a palavra para a **Câmara de Articulação e Comunicação** que apresentou as questões em evidência: devolutiva do 8º Concurso Arte Livre, a 9ª edição do referido Concurso considerando a regionalização enquanto espaço de premiação que antecede a premiação final. A conselheira Jaciara informou que na reunião da Comissão do Concurso Arte Livre ficou acordado a necessidade do lançamento de edital da 9ª edição do Concurso Arte Livre até o final de abril de 2014. O conselheiro Nivaldo Pereira indagou sobre a escolha do tema para a 9ª Edição do concurso (trabalho infantil), e a presidente Rosa Barros esclareceu que a sugestão sobre a temática está relacionada ao momento atual onde está sendo revisto o Plano

de Enfrentamento ao Trabalho Infantil e proteção do adolescente Trabalhador, bem como as questões relativas às estratégias de sobrevivência das famílias no período da copa do mundo que levam os filhos ao trabalho infantil. O conselheiro Evanilson sugere a regionalização do concurso, através das parcerias com as Gerências Regionais de Educação, a AMUPE e a UNDIME, sendo estas fundamentais para ampliar a adesão ao concurso. **A Câmara Temática de Políticas Públicas** inicia com o conselheiro Nivaldo apresentando duas publicações: Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Estado da Paraíba e o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná. Lidia Lira diretora executiva apresenta um esboço da elaboração do Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Estado de Pernambuco, sugerido pela Comissão instituída para acompanhar a elaboração do referido plano e informa que sobre a possibilidade de contratação de uma consultoria para essa elaboração; o que está previsto como apoio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. A presidente Rosa Barros sugeriu que a Escola de Conselhos, por sua experiência, fosse contactada para o desenvolvimento do trabalho. A conselheira Ana Gusmão argumentou que o acesso ao recurso exige um prazo de no mínimo 3 meses. Lidia Lira lembra que algumas informações já existem e que será preciso uma formatação que trate as informações numa base comum e nesse caso, a consultoria poderá estabelecer essa conexão para a convergência dos três planos já em vigência no estado de Pernambuco (enfrentamento a violência sexual, enfrentamento ao trabalho infantil e reordenamento socioeducativo). O Conselheiro Nivaldo apresenta a solicitação do município de Camaragibe para atualização dos conselheiros do Conselho da Criança e do Adolescente. O conselheiro Mallon Francisco chamou atenção sobre o risco de atender a solicitações de capacitação, sendo esta competência da Escola de Conselhos. Lidia Lira argumentou que a demanda dos municípios por capacitação deve ser discutida no Grupo Gestor da Escola de Conselhos. O conselheiro Joelson Rodrigues ratificou a afirmação do conselheiro Mallon Francisco, e que o CEDCA deveria pensar numa estratégia em relação a essa política permanente de capacitação, considerando as dificuldades e atualizando a proposta. A conselheira Jaciara informou que as demandas de Camaragibe são específicas, e que o Conselho Gestor deve verificar essas demandas e incluir no conjunto de conteúdos. O conselho aprova o apoio ao município de Camaragibe com uma reunião de trabalho respondendo ao município nas suas questões mais urgentes para a organização do Conselho e estruturação do fundo Municipal da Criança e Adolescente. A conselheira Jaciara chamou atenção sobre a importância da elaboração do Plano de Convivência Familiar e Comunitária e que o CEDCA foi convidado a participar do Seminário realizado na Paraíba. A conselheira Jaciara Arruda sugere que o CEDCA participe apenas em um dia da programação. O conselheiro Mallon Francisco defende que o CEDCA participe nos dois dias de programação. No entanto, a contenção de despesas e os argumentos da conselheira Jaciara arruda convenceram o pleno a optar pela participação do CEDCA apenas no primeiro dia da programação. O conselheiro Nivaldo Pereira apresentou o parecer do setor jurídico sobre o Projeto de Lei que determina a alteração no artigo primeiro do ECA para incluir a primeira infância. O parecer aprovado pela Câmara de Políticas Públicas que concluiu que este tema já está contemplado no ECA. A Câmara de Políticas Públicas trouxe também a resposta ao ofício enviado à administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha solicitando esclarecimentos sobre a Normativa que impede a matrícula de crianças na escola, caso suas famílias estejam

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Correia de Araújo, 93 - Graças CEP 52011-290 Recife - PE Tel. (81) 3184 7000

CNPJ 10.5710982/0001-25 www.cedca.pe.gov.br - cedca@cedca.pe.gov.br

em situação irregular. O conselheiro Evanilson Sá, representante da secretaria estadual de educação, esclareceu que não existe este tipo de matrícula na categoria “ouvintes”. A conselheira Lourdes Viana sugeriu que o MP fosse comunicado de imediato sobre a situação de violação de direito em Fernando de Noronha. O conselheiro Natuch Pinto, sugeriu uma reunião com o MP, CEDCA e a administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha. O conselheiro Mallon Francisco concordou com a conselheira Lourdes Viana. Sendo assim a proposta do conselheiro Natuch Pinto foi aprovada sem restrições. A presidente Rosa Barros sugeriu que fosse garantido, antes da apresentação da Câmara Temática de Orçamento, Finanças, medidas protetivas e socioeducativas, a exposição da Sra. Irani do Carmo sobre a metodologia de diagnóstico social desenvolvida no Município de Caruaru. Informou ainda que o diagnóstico é territorial e que a lógica é nuclear a família, alcançando o indivíduo e a estrutura dos bairros. Lídia Lira esclarece que o diagnóstico desenvolvido, junto com outras metodologias, pode e deve ser referência para a construção de proposta para a construção de Diagnóstico social no Distrito estadual de Fernando de Noronha. Finalizada a exposição da Sra Irani do Carmo e sua equipe, a **Câmara Temática de Orçamento, Finanças, Medidas Protetivas e Socioeducativas** socializa as questões e pareceres sobre as visitas realizadas pelo setor sociopedagógico do CEDCA às Unidades FUNASE. A Câmara chamou atenção para a competência do setor sociopedagógico trazendo a importância de ter visitas realizadas por conselheiros(as) dando assim o parecer final sobre a inscrição dos programas da FUNASE no CEDCA. Nesse sentido, foi formada a Comissão para realizar as visitas às Unidades da FUNASE, sendo esta composta pelos(as) seguintes Conselheiros(as): Mallon Francisco, Natuch Pinto, Lidyane Lopes, Ana Gusmão, Jaciara Arruda, Rosa Barros e Lourdes Viana. Outro ponto trazido pela Câmara Temática de Orçamento, Finanças, medidas protetivas e socioeducativas é o sistema de repasse Fundo a Fundo. A conselheira Lourdes Viana sugere que o repasse Fundo a Fundo contemple os Programas previstos no Decreto que regulamenta a lei que institui o sistema de repasse e os Projetos selecionados no Edital (resolução 44/2012), solicita que seja feito o levantamento dos municípios com Programas de Acolhimento e que os valores sejam redistribuídos. A presidente Rosa Barros informa que a implantação é gradativa e que a Secretaria da Criança e Juventude foi procurada para estabelecer um valor que atendesse a demanda. Informou ainda que na reunião que aconteceu junto a Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, foram solicitados os recursos diante da demanda prioritária e que prioriza os editais ultrapassaria os recursos disponíveis. O conselheiro Joelson Rodrigues entende que é necessário conhecer a demanda e quais os critérios que levaram a este valor. A conselheira Lourdes Viana sugere que um recurso emergencial para as ações das quatro linhas previstas no Edital de 2012 (resolução CEDCA 44). O conselheiro Joelson Rodrigues lembra que a Lei do Repasse Fundo a Fundo é clara em relação à modalidade. A conselheira Lourdes Viana citou as Medidas Protetivas, Socioeducativas em Meio Aberto e Orientação Familiar. O Sr. Silvino contribuiu chamando atenção para o que a lei, de fato, contempla considerando o que o Estatuto considera como ação continuada. A conselheira Lourdes Viana faz a leitura do parecer da Câmara Temática de Orçamento, Finanças, medidas protetivas e socioeducativas que propõe que os recursos contemplem todas as ações continuadas, a exemplo os projetos em fase de implementação financiados pelo FEDCA. A conselheira Jaciara reafirma a importância de contemplar projetos e ações de enfrentamento a violência sexual contra criança e adolescente. A conselheira Lidyane Lopes sugere aprofundar a discussão em outro

momento, o que foi acatado pela presidente Rosa Barros com esse encaminhamento e sugeriu uma reunião com todos(as) os(as) conselheiros(as) marcada para o dia 25 de abril às 14h no CEDCA. A conselheira Lourdes Viana leu o parecer sobre o Instituto do Fígado, em relação a Resolução 19, e o encaminhamento proposto pela Câmara Temática de Orçamento, Finanças, medidas protetivas e socioeducativas foi de informar a Procuradoria Geral do Estado sobre a situação do Instituto do Fígado junto ao Conselho Municipal da criança e do Adolescente do Recife, onde foi descredenciado para atuar na área da criança e adolescência. Em seguida foi feita a leitura das planilhas de investimentos e orçamento do CEDCA, aprovado sem ressalvas com destaques sobre a escassez de recursos. Considerando o feriado de primeiro de maio ser na quinta-feira, a 310ª Assembléia Ordinária deverá acontecer no dia 09 de maio (excepcionalmente na segunda-feira do mês). No conjunto de encaminhamentos a vaga do ex-conselheiro Daniel Ferreira no Grupo Gestor da Escola de Conselhos foi ocupada pelo conselheiro Evanilson Sá, aprovado por unanimidade. Quanto a representação do CEDCA na Rede de Combate, ficou pactuado e aprovado pelo pleno a representação dos conselheiros Nivaldo Pereira e Jaciara Arruda. No conjunto de informes, a conselheira Jaciara Arruda informou que a Campanha do 18 de Maio será de 06 à 13 de Maio. A conselheira Lourdes Viana informou as seguintes ações na região do Agreste: contato com vários segmentos; acompanhamento dos casos, principalmente em relação à atuação dos conselheiros e solicita representação do CEDCA na reunião a ser realizada em Salgueiro. O pleno definiu que a conselheira Lourdes Viana representará o CEDCA na referida reunião. Em seguida, a presidente agradece a presença e participação de todos(as), encerrando a Assembleia. Para constar, esta ata foi lida, aprovada e assinada pela presidente.

Rosa Maria Lins de Albuquerque de Barros Correia